





negociados – no bojo de diversas delações premiadas e apreensões policiais – a devolução de milhares de reais, com possibilidade de que estes valores devidamente desviados ultrapassem a casa dos bilhões.

Segundo o Ministério Público Federal, a dilapidação do patrimônio da Petrobras dura há, pelo menos, dez anos e envolve grandes empreiteiras, altos executivos da petroleira e agentes públicos. Segundo o MPF, de forma bem sintética, o *modus operandi* ocorria por intermédio do

*“superfaturamento de contratos por um cartel de empreiteiras que cooptou funcionários do alto escalão da Petrobras, pagando-os por meio dos operadores financeiros. (...) As empreiteiras se cartelizaram em um ‘clube’ para substituir uma concorrência real por uma concorrência aparente. Os preços oferecidos à Petrobras eram calculados e ajustados em reuniões secretas nas quais se definia quem ganharia o contrato e qual seria o preço, inflado em benefício privado e em prejuízo dos cofres da estatal. (...)*

*As empreiteiras pagavam propinas para funcionários do alto escalão da Petrobras no valor de 1% a 5% do valor dos contratos, dinheiro que era repartido entre os funcionários, partidos políticos, membros do Congresso Nacional e operadores. Um dos funcionários da estatal chegou a receber mais de R\$ 100 milhões de dólares de propina.”<sup>1</sup>*

Muito se investigou durante o funcionamento da Comissão Parlamentar Mista que se instalou no Congresso Nacional no segundo semestre de 2014, mas o rol de desvios não se exauriu naquela investigação. Para além das aquisições de Pasadena, da construção da Refinaria de Abreu e Lima e do suposto pagamento de “propina” a funcionários da Petrobras pela empresa

---

<sup>1</sup> <http://www.lavajato.mpf.mp.br/index.html>



holandesa SBM, visando à obtenção de contratos com a estatal, inúmeros outros casos são suspeitos de integrarem esse esquema que sangrou os cofres públicos.

O Complexo Petroquímico – COMPERJ, no Rio de Janeiro; as Refinarias Premium I e II, localizadas respectivamente no Maranhão e no Ceará; a Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR), no Paraná; o afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a venda de ativos da Petrobras na África e as operações da Sete Brasil também estão no rol de operações que merecem ser investigadas em razão de suspeitas de terem servido para irrigar os cofres da corrupção e da dilapidação do patrimônio da Petrobras.

Há que se mencionar que um dos focos da operação Lava-Jato é a empresa GFD Empreendimentos. Segundo depoimento da contadora da GFD à Polícia Federal, foram elaborados diversos contratos de prestação de serviço com construtoras cujo “objeto que deveria constar do contrato era o estudo de viabilidade de plataformas de petróleo, atividade estranha à GFD. Segundo Meire, a GFD nada fez e apenas emitiu uma nota de serviços no valor de R\$ 300 mil. A simulação se repetiu outras três vezes, com a empresa de Youssef fornecendo notas frias para a empreiteira e embolsando R\$ 2,32 milhões.”

Conforme apurado pela Revista Veja nº 2.386, de 13 de agosto de 2014:

*“Durante três anos, Meire manuseou notas fiscais frias, assinou contratos de serviços inexistentes, montou empresas de fachada, organizou planilhas de pagamento. Ela deu ares de legalidade a um dos esquemas de corrupção mais grandiosos desde o mensalão. Meire sabe quem pagou, quem recebeu, quem é corrupto, quem é corruptor. Conheceu de perto as engrenagens que faziam girar a máquina que eterniza a mais perversa das más práticas da política brasileira. Meire Poza era a contadora do doleiro Alberto Youssef — e ela*



*decidiu revelar tudo o que viu, ouviu e fez nos três anos em que trabalhou para o doleiro.*

*Nas últimas três semanas, a contadora prestou depoimentos à Polícia Federal. Ela está ajudando os agentes a entender o significado e a finalidade de documentos apreendidos com o doleiro e seus comparsas. Suas informações são consideradas importantíssimas para comprovar aquilo de que já se desconfiava: Youssef era um financista clandestino. Ele prospectava investimentos, emprestava dinheiro, cobrava taxas e promovia o encontro de interesses entre corruptos e corruptores. Em outras palavras, usava sua estrutura para recolher e distribuir dinheiro e apagar os rastros.*

*Entre seus clientes, estão as maiores empreiteiras do país, parlamentares notórios e três dos principais partidos políticos. Os depoimentos da contadora foram decisivos para estabelecer o elo entre os dois lados do crime — principalmente no setor tido como o grande filão do grupo: a Petrobras.*

*As empreiteiras que tinham negócios com a estatal forjavam a contratação de serviços para passar dinheiro ao doleiro. Nas últimas semanas, Meire Poza forneceu à polícia cópias de documentos e identificou um a um os contratos simulados e as notas frias, como no caso da empreiteira Mendes Júnior, que nega ter relacionamento com o doleiro. Os corruptores estão identificados. A identificação dos corruptos está apenas no início.”*

Por todo o exposto – e pela quantidade de outros fatos que vêm sendo divulgados no desenrolar das investigações em curso – entendemos indispensável a oitiva da Sra. MEIRE POZA nesta CPI, como forma de ouvir sua versão dos fatos, avaliar as provas que porventura ele pretenda apresentar, de forma a lhe assegurar o contraditório e a ampla defesa. Por essas razões, conclamamos os nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.



CAMARA DOS DEPUTADOS

**Sala da Comissão, em                    de                    de 2015.**

**DEPUTADO ONYX LORENZONI  
DEM/RS**

**DEPUTADO EFRAIM FILHO  
DEM/PB**